

Abrace: 35 anos transformando dor em amor

» ROBERTO NOGUEIRA FERREIRA
Economista, escritor e primeiro presidente da Abrace

“Deus quer. O homem sonha. A obra nasce”. Deus colocou no destino dos fundadores da Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias (Abrace) o diagnóstico de leucemia de seus filhos. No convívio com mães de origens diversas, no Hospital de Base de Brasília, uma das mães sai da própria dor e abraça a dor coletiva. A nova e cruel realidade requeria enfrentamento. Que a dor unisse, já não separasse. Solidários na dor. Subsidiários na ajuda. Fazer o que o Estado deveria fazer. Não para substituí-lo. Na esperança, quase sempre vã, do exemplo arrastá-lo.

Para além do drama individual, em que muitos avistam o término da viagem, os fundadores viram a oportunidade de transformar a dor individual em amor coletivo. Foi o que se fez e se faz até hoje, 35 anos depois daquele 1º de maio de 1986 quando, na residência de Maria Angela e Roberto Nogueira, o amor falou mais alto e deu vida à Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias. É possível ler, nas anotações do dia, a necessidade de ir além da solidariedade. Lá está: “Lutar pela construção de um hospital infantil com uma unidade específica para tratamento do câncer”.

Início dos anos 1990. O governador Joaquim Roriz e o secretário de Saúde Jofran Frejat, a pedido da Abrace, visitam os alicerces, carcomidos pelo tempo, abraçados pelo matagal, do que seria um futuro hospital. Roriz viu, ouviu e cumpriu. Ergueu-se, ali, o Hospital de Apoio.

Início dos anos 2000. Roriz cede terreno para a Abrace construir, com recursos captados na sociedade, o Hospital da Criança de Brasília (HCB), e impõe condições: o hospital, uma vez concluído, comporá o patrimônio do GDF; o atendimento será pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e a administração



será feita pela Abrace ou entidade que ela venha a criar. Assim se fez: em 2011 Agnelo Queiroz inaugurou o hospital.

A Abrace não nasceu para administrar hospitais. Para atender ao contratado criou-se o Instituto de Câncer Infantil e Pediatria Especializada (Icipe).

O Icipe é filho da Abrace e, como tal, deve se comportar, com altivez, liberdade e responsabilidade, para não ser confundido com organizações sociais que surgiram pelo país afora, com lobbies organizados, em busca de recursos públicos.

Os profissionais do HCB são um misto de servidores estatutários e contratados pela via da CLT, inclusive sua direção, que lá está a convite da Abrace. O paciente quer cura. Desimporta-se o médico é estatutário ou celetista.

Em 1993, Roriz cedeu para uso da Abrace a “residência oficial do administrador do Guarã”. Lá, hoje, a Abrace hospeda mães e crianças de Brasília, do Entorno, de outros estados

e até de outros países. Modernas instalações acolhem, inclusive, transplantados. Espaços de lazer, cultura e educação dignificam o espaço, concedem-lhe nobreza de uso.

A missão da Abrace é assistir as famílias de crianças com câncer, reivindicar condições adequadas de tratamento, cobrar atitudes governamentais, dar apoio às crianças e suas famílias antes, durante e após o tratamento, psicológico e material, incluindo melhoria habitacional. Não é incomum a Abrace adquirir e ceder ao HCB equipamentos cuja carência de recursos do Estado inviabiliza a compra. Exemplo recente é a aquisição de um aparelho de ressonância magnética, de altíssimo custo.

Chegamos a 2018. O destino atravessa o caminho de Maria Angela Marini, a personificação da Abrace, e ela assume a sua presidência. Veio a pandemia e a Abrace segue cumprindo sua missão. A presidente sempre soube da importância da Abrace para mães e crianças

em tratamento, e cunhou a frase síntese desse período, motivadora, incentivadora: “O câncer não entra em quarentena”. A Abrace não pode parar. E não parou!

A obra da Abrace é grandiosa. Não basta o abraço solidário, é preciso ir além. O HCB também nasceu de seu ventre, quente e amoroso como todos os ventres maternos. Abrace, Icipe, HCB, tríplice relação bem-sucedida, irmanados no bem fazer.

A Abrace é uma construção coletiva, pois só o nada se constrói a sós. Ela acolhe as crianças com câncer com ética e responsabilidade, e a população de Brasília a acolhe. “Cada qual vê o que quer, pode ou consegue enxergar”. Há 35 anos os fundadores viram muito além de suas dores. E, ao verem, imaginaram que era possível. Obrigado, Brasília. Obrigado, **Correio Brasileiro**, sempre abraçado às boas causas. Em sua homenagem, encerro, saudando a imprensa livre: Verba volant; scripta manent!

As vestais da moralidade e a maldição da frustração popular

» VALDIR OLIVEIRA
Ex-secretário de Desenvolvimento Econômico do DF

A expressão “vestal da moralidade” tem origem na Roma Antiga. Escolhidas ainda crianças, as sacerdotisas cultuavam a deusa romana Vesta e serviam ao Estado, com o compromisso de, até 30 anos, viver na castidade. Essa conduta associava a moralidade à resistência, à sedução dos desejos, na justificativa de que a pureza eternizaria Roma. Ocorre que as sacerdotisas da Roma Antiga tinham em si também a condição humana da imperfeição. Se somos humanos, somos imperfeitos e, portanto, impróprios para assumirmos o papel de vestais da moralidade. Uma condição impossível.

O ano era 1960. Teríamos a primeira eleição presidencial depois da inauguração de Brasília. O mote era combater a noticiada corrupção oriunda da construção da nova capital federal. Jânio Quadros lançou sua campanha prometendo varrer a corrupção do país, tendo como símbolo principal de sua campanha uma vassoura. O combate à corrupção e a promessa da moralidade na gestão pública foram o passaporte para a aprovação popular. Assim, Jânio Quadros ganhou a eleição com a marca desejada da pureza na gestão pública.

A curta passagem de Jânio na Presidência foi marcada pela busca da moralidade nos costumes, com decretos que chocaram a população por sua forma de intervenção, como a proibição do uso de biquínis em concursos de beleza. A postura conflituosa imposta pelo presidente chocava o poder constituído. Para vencer a resistência dos opositores, a estratégia utilizada foi o enfraquecimento dos Poderes com um planejado autogolpe. Jânio simulou uma renúncia imaginando voltar

nos braços do povo, com o seu fortalecimento e o enfraquecimento do Parlamento e das demais instituições. O povo não reagiu em sua defesa, e Jânio Quadros perdeu o seu mandato prematuramente.

Passados 30 anos, vivíamos mais um período de grandes denúncias de corrupção. O Brasil clamava por um novo herói, mais um que se apresentasse com a bandeira da moralidade e com a pauta do combate à corrupção. Inflação descontrolada e um governo atolado em denúncias de desvios foram o ambiente propício para o surgimento do “caçador de marajás”. Governador do Estado de Alagoas, Fernando Collor de Mello ganhou popularidade no Brasil com a bandeira mais desejada pela população: um líder sem máculas, uma vestal da moralidade na administração pública.

Na primeira metade de seu mandato, o país foi tomado por denúncias de corrupção. O caçador de marajás se transformou no alvo de forças políticas que descortinaram esquemas de corrupção, enfraquecendo o governo que tinha sido eleito no esteio da campanha de moralidade na administração pública. Quem elegera a promessa de combate à corrupção se deparou com uma gestão contaminada com o veneno que havia almejado eliminar. Assim, o caçador de marajás teve seu mandato interrompido de forma prematura.

Transcorridos outros 30 anos, a história se repete. O Brasil se torna, mais uma vez, o país da corrupção. Investigações policiais com denúncias e condenações desnudam líderes e expõem vísceras podres de uma propalada contaminação sistêmica do Estado. A revolta da população desperta, mais uma vez, o desejo de um novo

herói. A expectativa do povo é o resgate de um caçador de marajás que utilize uma vassoura para varrer a corrupção do país e que possa instalar a desejada moralidade na gestão pública. As gerações passam, mas os anseios permanecem os mesmos. Foi essa a onda que elegera o atual comando do país. Foi traduzida, mais uma vez, nas urnas, a esperança da promessa que Jânio e Collor não conseguiram cumprir.

Estamos na metade do mandato da atual gestão. A cada dia, o governo se ajusta com a pauta política para proteção de sua sobrevivência. A pressão de denúncias aumenta a cada dia. A alta popularidade do governo vem perdendo forças, culminando na recente aprovação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O descrédito da gestão, marcada por uma crise econômica e sanitária gravíssima, pode ser o calcanhar de Aquiles do atual governo.

Só o futuro próximo dirá se a maldição das vestais da moralidade se repetirá, com a prematura interrupção de um governo eleito como fruto do desejo da mudança. Talvez o erro esteja nas escolhas moldadas na promessa do herói imaculado. Ninguém o é. Na democracia, um governo será sempre o reflexo do seu povo.

Se queremos mudar, precisamos começar com nós mesmos, sempre lembrando que somos imperfeitos e que nossos escolhidos serão sempre a nossa imagem e semelhança. Mas a luta será para que o limite da imperfeição dos governantes não ultrapasse os limites da imperfeição do povo. Não devemos esperar dos líderes mais do que aquilo que estamos, nós mesmos, preparados e dispostos a dar.

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Décadas de invasões

Desde que foi inaugurada oficialmente, em abril de 1960, Brasília vem experimentando um lento e persistente processo irregular de ocupação do solo. Esse fato se deve, possivelmente, aos atrativos representados pelos serviços públicos oferecidos pela capital do país.

Por outro lado, o ritmo acelerado da construção da cidade não permitiu a devida regularização burocrática das muitas propriedades particulares que existiam no entorno da capital ou que eram reclamadas por pessoas e famílias que ocupavam essas áreas anteriormente e que, naquela época, não eram devidamente registradas e documentadas em cartórios. Ou eram, como o caso da dona Victória Rezende e Silva, que, com o marido, era proprietária de toda a região onde hoje é o trecho 7 do Setor de Mansões do Lago Norte.

Tratava-se, aqui, de uma região remota, distante da antiga capital e do litoral, perdida nos confins do interior do país, pouco habitada e esquecida. Esse e outros fatores acabariam por abrir caminho para uma grande quantidade de parcelamentos e formação de lotes irregulares.

Até o início dos anos de 1980, ocorriam poucos assentamentos não oficiais nos arredores da capital e que não ofereciam maiores perigos para a ocorrência de invasões em massas, capazes de desfigurar, por completo, qualquer projeto de planejamento da cidade, como os que ocorreram no Rio de Janeiro e que redundaram no completo desvirtuamento urbano da antiga capital, com as consequências nocivas que hoje conhecemos.

A partir da Constituição de 1988 e, principalmente, da chamada emancipação política da capital, deu-se um verdadeiro boom de invasões que passaram a ser erguidas, da noite para o dia, por toda a Brasília. Incentivadas por uma classe política oportunista, que passou a identificar nas terras públicas uma moeda de troca representada pelo binômio: um voto e um lote, a multiplicação das invasões fugiu totalmente ao controle dos órgãos públicos, ameaçando destruir uma cidade planejada, transformando Brasília em mais uma das muitas capitais espalhadas por esse imenso país: caóticas e deformadas pela ganância e o oportunismo imediatista que caracterizam a maioria de nossa classe política.

Hoje, passados mais de 60 anos de sua inauguração, a questão da regularização das terras e o surgimento de novos núcleos habitacionais, bem como as invasões, ainda representam uma realidade e uma ameaça que parece longe de ser pacificada. Trata-se de um processo herdado por décadas de incúria e de falta de vontade e firmeza das autoridades e que lançam essa ameaça para um futuro incerto.

O que se tem como certeza, e a maioria de nossas capitais demonstram isso na prática, é que cidade alguma pode prescindir e resistir ao tempo, como espaço seguro e aprazível para seus cidadãos, se abrir mão de um planejamento urbano, racional e metódico, capaz de ordenar e por nos eixos toda a complexidade que envolve uma metrópole. Ou aprendemos isso, observando o caos em que se transformaram nossas cidades mais antigas, ou seremos condenados a multiplicar esses erros e espaços, erguendo cidades que, no fundo, as pessoas querem ver de longe.

O problema é que planejamento urbano exige, antes de tudo, civilidade e respeito total às normas e posturas dispostas em lei. E é aí que está a raiz do problema. Quando se verifica, nem mesmo aqueles aos quais a função e os altos cargos exigiriam pronto acatamento às normas e leis urbanas cumprem o que está estabelecido, muito menos se pode esperar de outros cidadãos menos afortunados, que vêm nessas elites um mau exemplo a ser copiado.

Não por outra, é visível também em bairros chiques, como os Lagos Sul e Norte, invasões de áreas públicas, perpetradas por pessoas de alto poder aquisitivo, que acreditam no poder do dinheiro e da função para domar os fiscais. Não é por acaso que, nesses bairros, onde casas e lotes valem milhões de reais, passeios públicos, com calçadas e espaços para pedestres, praticamente inexistem, espremidos pelo avançar dos lotes e das mansões. Cadeirantes, idosos, atletas e outros caminantes não têm vez nesses espaços, tomados pelo egoísmo daqueles que se reconhecem como intocáveis. É tudo uma tragédia urbana, sem solução à vista.

»» A frase que foi pronunciada

“Aquilo que escuto, eu esqueço. Aquilo que vejo, eu lembro. Aquilo que faço, eu aprendo.”

Confúcio

Ir e vir

» No *Blog do Ari Cunha*, a foto de uma região cercada ilegalmente como Residencial Vale dos Ipês, só para ricos. Moradores antigos e pobres da região são impedidos por um funcionário do condomínio, que diz trabalhar para o governo. Fecha o portão e obriga a população de baixa renda a andar quilômetros para dar a volta e entrar por outro local. É preciso esclarecer essa situação, que, diga-se de passagem, é inconstitucional.

Insustentável

» E a cadela da casa resolveu parir debaixo de largas toras de madeira onde os donos não conseguem chegar. Nem bombeiros, nem Polícia ambiental, nem

Zoonose fazem esse tipo de resgate. Resultado: morreu um dos filhotes, e a cadela amamenta os sobreviventes em meio ao cadáver do animal em decomposição. Os proprietários do bicho até pensaram em se apresentar como autores de maus-tratos. Não o fizeram porque, nesse caso, ao recolher o animal, a zoonose leva para o canil. E mais. Para maus-tratos, a lei não prevê amamentação entre cadáver.

Eficiência

» Difícil ter uma atendente com tanto conhecimento, agilidade e carisma no trato com o cliente. Daiana, da Claro Net, teve uma performance que merece esse registro.

»» História de Brasília

Quando surgem notícias desencontradas, e em casos destes sempre ocorre, a culpa cabe às autoridades que não comunicam pela imprensa. (Publicada em 01.02.1962)